



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO
Rua Acre, nº 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro - CEP: 20.081-000
Telefone/FAX: (21) 3261-8682 / 3261-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/2012

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº T2-EOF-2012/0364

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 261 de 11.09.2012 do Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria Geral, Dr. Jaderson Correa dos Passos, torna público a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, realizado por meio da *internet*, no *site* **www.comprasnet.gov.br**. O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, dos Decretos 3.931/01 e 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, do Decreto nº 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
Data: 12 de dezembro de 2012
Horário (de Brasília): 11:30h
Local: www.comprasnet.gov.br

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo do Formulário de Solicitação de Fornecimento;
- Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo IV - Minuta de Contrato Administrativo.

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a aquisição de solução de wireless, composta por equipamentos, licenciamentos, serviços de instalação, configuração, garantia e treinamento, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível, e será adjudicado a apenas uma licitante.

1.2 - A solução deverá ser constituída dos equipamentos relacionados nos itens deste grupo (lote), sendo todos de um único fabricante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br.
- 2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.3 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo penalidade de **suspensão do direito de licitar ou impedimento de contratar com este Tribunal**.
- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
- 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
- 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.1.2 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.1.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.1.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços no VALOR TOTAL DO OBJETO, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet**, contendo as **especificações** detalhadas do objeto ofertado.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante e a indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato Administrativo**, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.4 - **Preços unitários** (deverá ser cotado com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas) e **totais**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo I deste edital;
 - 5.4.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;
- 5.5 - Descrição detalhada dos produtos, softwares e serviços, obedecidas às especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I, bem como a MARCA OFERTADA (e modelo, se houver);
- 5.6 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura sessão pública deste pregão eletrônico;
- 5.7 - **Prazo de validade da Ata de Registro de Preços:** 12 (*doze*) meses, contados da data de sua assinatura;
- 5.8 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo :
 - 5.8.1 - 90 (noventa) dias, para os itens 2.1 a 2.6 do Termo de Referência, Anexo I, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato;
 - 5.8.2 – 150 (cento e cinquenta) dias para os itens 2.7 a 2.10 do Termo de Referência, Anexo I contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato;
- 5.9 - **Prazo de garantia dos produtos** descritos nos itens:
 - 5.9.1 - 2.1 e 2.2 do Anexo I – Termo de Referência, deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, no local onde se encontrarem instalados os equipamentos (on-site) contados a partir da data de emissão do Recebimento Definitivo, previsto na cláusula 15 deste Edital;



- 5.9.2 - 2.3 e 2.4 do Anexo I – Termo de Referência, deverá ser de, no mínimo, 12(doze) meses, no local onde se encontrarem instalados os equipamentos (on-site), contados a partir da data de emissão do Recebimento Definitivo, previsto na cláusula 15 deste Edital;
- 5.9.3 - 2.5 e 2.6 do Anexo I – Termo de Referência, deverá ser de, no mínimo, 3(três) anos, contados a partir da data de emissão do Recebimento Definitivo, previsto na cláusula 15 deste Edital;
- 5.9.4 - 2.7 a 2.9 do Anexo I – Termo de Referência, deverá ser de, no mínimo, 12(doze) meses, no local onde serão executados os serviços (on-site), contados a partir da data de emissão do Recebimento Definitivo, previsto na cláusula 15 deste Edital;
- 5.10 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.6 a 5.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.11 - O licitante descreverá integralmente as características do produto ofertado, apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro, catálogos ilustrativos originais do fabricante, manuais técnicos ou cópias fotostáticas legíveis, em língua portuguesa, nos quais constem especificações claras e detalhadas, bem como o modelo e a marca, a fim de atender às especificidades solicitadas no Edital;
- 5.12 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou do e-mail cpl@trf2.gov.br, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 3261-8016 ou 3261-8682.
- 5.12.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.13 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.14 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



5.15 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do produto no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I – Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a este último.

5.16 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.16.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;

5.16.2 - não atendam às exigências deste Pregão;

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais;

6.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexeqüíveis;

6.2.1 - O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação;

6.3 - Os preços serão fixos e irreeajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no art. 12 do Decreto nº 3.931/2001.

6.4 - O **preço unitário máximo admissível será o constante da Planilha de Especificações e Formação de Preço**, cujo modelo faz parte do Anexo I, em conformidade com o inciso III, do art. 9º, do Decreto nº 3.931/2001.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL DO OBJETO** que estiver cotando, sob pena de desclassificação da mesma.

7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.

7.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.



- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.7.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.7.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO OBJETO**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR TOTAL DO OBJETO**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes



atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A **habilitação** da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, para verificação da validade dos documentos abaixo:

- 9.1.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**CND**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, dentro da validade;
- 9.1.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.6 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.7 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada na própria sessão pública.

- 9.2 - Para fins de habilitação, deverá ser apresentado ainda:

- 9.2.1 - **DECLARAÇÕES** - as declarações exigidas nos subitens dispostos a seguir serão virtuais e deverão ser inseridas, obrigatoriamente, em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:



9.2.1.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

9.2.1.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;

9.2.1.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

9.2.1.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente;

9.2.1.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.4.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica, que ateste que a **licitante forneceu equipamentos em quantidade e capacidade (modelos) iguais ou superiores ao objeto desta licitação.**

9.4.2 - Atestado de Vistoria emitido pela Divisão de Suporte Operacional (DISOP) (Rua do Acre, 80, 10º andar- sala 1003b- Centro - RJ), comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação;

9.4.2.1 - Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertinentes aos serviços a serem executados;

9.4.2.2 - A vistoria deverá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas, e poderá ser previamente agendada pelo e-mail disop@trf2.jus.br ou pelo telefone (21) 3261-8078 com Marcus Vinícius ou Pergentino Neto.



- 9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2 (*dois*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.7.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.8 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos para o endereço eletrônico cpl@trf2.gov.br ou via fac-símile, para o número (21) 3261-8682 ou 3261 - 8016 no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.8.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº ____.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços **correrão** à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF-2ªRG, na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na “*homepage*” do Tribunal: www.trf2.gov.br, opção “**Licitações e Contas / Licitações em andamento**”, e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção “**visualizar/Impugnações/Esclarecimentos/Avísos**”, ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.



- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por fax ou através do e-mail **cpl@trf2.gov.br**, até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os FAX/telefones de contato são (21) 3261-8682 e 3261-8016.
- 11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 11.4 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 12.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços e o Contrato Administrativo**, constantes dos Anexos III e IV deste edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua do Acre nº 80 - 16º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (*uma*) única vez a critério do TRF, **sob pena de decair o direito a ter o seu preço registrado**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura da **Ata de Registro de Preços/Contrato Administrativo**, será comprovada, mediante consulta *on line*, a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF, regularidade que deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cuja **validade é de 12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura.
- 13.4 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 13.3 ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual, poderá a Administração convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas no edital e na legislação pertinente.
- 13.5 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual, ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.



- 13.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.
- 13.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.
- 13.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.
- 13.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6.4 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.
- 13.6.5 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 13.6.6 - A garantia contratual deverá ser prestada quando da assinatura do contrato.
- 13.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.8- É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.



14 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.2 - Não assinar o termo de contrato ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 - Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.4 - Houver razões de interesse público;

14.1.5 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

14.2 - O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas e assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei nº 8883/94, o objeto da presente será recebido, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

15.1 - **Provisoriamente** – Por comissão formada por 03(três) servidores designada pela contratante, após a entrega dos equipamentos elencados nos subitens 2.1 a 2.6, a conclusão dos serviços discriminados nos subitens 2.7 a 2.10, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes do edital e seus anexos;

15.1.1 – O Contratante efetuará testes nos equipamentos constantes de cada lote de entrega, objetivando verificar sua conformidade com o Termo de Recebimento Provisório emitido anteriormente, bem como aferir a sua perfeita operação;

15.1.2- Constatada divergência entre a especificação técnica constante do Termo de Recebimento Provisório ou qualquer defeito de operação, os respectivos equipamentos serão recusados, ficando a Contratada obrigada a providenciar a correção do(s) equipamento(s) recusado(s) em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do dia seguinte à notificação da ocorrência por parte do Contratante;

15.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificada e comprovada a conformidade dos equipamentos elencados no subitens 2.1 a 2.6



com as especificações e a realização dos serviços relativos aos subitens 2.7 a 2.10;

15.2.1 - Concluída a fase de testes dos equipamentos, execução dos serviços e treinamento, e não tendo sido verificadas anormalidades, a Comissão supracitada emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, respeitando-se o prazo limite para a sua emissão;

15.2.2 - No caso da recusa de qualquer equipamento, por motivos de defeito ou avarias no transporte, que acarrete sua substituição pela Contratada, o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará suspenso até a data em que se efetivar a entrega do equipamento substituto;

15.3 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pela Comissão supracitada, a qual confirmará a aceitação definitiva dos equipamentos discriminados nos subitens 1.1.1 a 1.1.6 e dos serviços a que se refere os subitens 1.1.7 a 1.1.10, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;

15.4 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado **após cada fornecimento**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato, da seguinte forma:

a) Parcela correspondente aos valores dos hardwares e dos softwares elencados nos itens 1.1.1 a 1.1.6 da cláusula primeira do contrato, após a entrega de cada item de serviço;

b) Parcela correspondente ao valor do treinamento previsto no item 1.1.10 da cláusula primeira do contrato, após seu término e o recebimento dos certificados oficiais de conclusão pelos participantes;

16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.



16.2 - **Os documento fiscais, acompanhados dos produtos/serviços deverão ser entregues na DISOP- Divisão de Suporte Operacional, do TRF2ª Região, localizada na Rua do Acre, n.º 80, 10º andar, sala 1003a-Centro – RJ, de 2ª a 6ª feiras, de 12h00 às 17h00, em 2 (duas) vias;**

16.2.1 - A entrega deverá ser agendada com no mínimo 01 semana de antecedência, através do endereço eletrônico disop@trf2.jus.br e seaqui@trf2.jus.br;

16.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

16.7 - O TRF - 2ª Região poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

16.7.1 - Existência de qualquer débito para com o Contratante;

16.7.2 - Se os materiais fornecidos e os serviços prestados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

16.8 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;



16.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.8, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1 - Entregar os bens em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas neste edital.
- 17.2 - Responder por perdas e danos que vier a causar ao TRF-2ªRG ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 17.3 - Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 17.4 - A Contratada deverá implantar a solução adquirida sem gerar interrupções na rede pré-existente;
- 17.5 - As especificações descritas ao longo do Termo de Referência, Anexo I, representam os requisitos essenciais exigidos pelo Contratante, cabendo à Contratada fornecer todos os componentes de hardware e software necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção;
- 17.6 - A Contratada poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada à Contratante e deverá contar com a anuência da mesma;
- 17.7 - O fornecimento de qualquer material adicional (cabo, conector, transceiver, conversor etc) necessário ao funcionamento de quaisquer dos itens adquiridos, não vislumbrados no Termo de Referência, Anexo I, será de responsabilidade da Contratada;
- 17.8 - O transporte dos equipamentos e licenças até o local de entrega deverá ser realizado pela Contratada, incluindo procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado;
- 17.9 - A Contratada deve arcar com todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (on-site) na sede do Contratante;
- 17.10 - A Contratada deverá utilizar na prestação dos serviços, profissionais qualificados e com certificação técnica emitida pelo fabricante dos equipamentos ofertados, capaz



de prestar suporte de primeiro nível no ambiente e capaz de escalar os chamados ao fabricante, quando necessário;

17.10.1- A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, cópia da certificação técnica aqui exigida;

18 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 - Após a assinatura do Contrato, o TRF 2ª Região compromete-se a:

18.1.1 - Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

18.1.2 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

19 - DAS PENALIDADES

19.1 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, assinar termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

19.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.



19.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:

19.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.

19.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

19.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

19.6 - Caso a multa não seja paga no prazo estabelecido, será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobrada judicialmente, se for o caso;

19.7 - Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda deste, responderá o Contratado pela diferença faltante.

19.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.

19.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

19.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.

19.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

19.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.



- 19.13 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º, do art. 57, da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

20.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: **www.trf2.gov.br**, opção **"Licitações e Contas / Licitações em andamento"**, e **www.comprasnet.gov.br**, opção **"visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/Avisos"**, e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

20.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

20.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

- 20.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial, sem que isso implique em alterações de preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

- 20.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

- 20.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

- 20.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2012.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro



PROCESSO Nº T2-EOF-2012-364
PREGÃO ELETRÔNICO 147/2012
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para aquisição de solução de wireless, composta por equipamentos, licenciamentos, serviços de instalação, configuração, garantia e treinamento;
- 1.2. **O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única Licitante;**
- 1.3. A solução deverá ser constituída dos equipamentos relacionados nos itens deste grupo (lote), sendo todos de um único fabricante.

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

As Licitantes deverão apresentar as propostas conforme modelo de formação de preço a seguir:

Item	Descrição	Pedido Mínimo Inicial	Quantidade Máxima (A)	Custo Unitário máximo (B)	Custo Total (A X B)
2.1	Switch Controlador Wireless	01	02	105.117,89	210.235,78
2.2	Expansão para Switch Controlador Wireless	01	04	90.907,62	363.630,48
2.3	Ponto de Acesso Wireless	12	96	3.817,80	366.508,80
2.4	Módulo Injetor PoE	12	96	643,75	61.800,00
2.5	Sistema de Gerenciamento Wireless	01	02	19.915,76	39.831,52
2.6	Expansão para Sistema de Gerenciamento Wireless	01	04	23.114,08	92.456,32
2.7	Serviço de Implantação de Controlador Wireless	01	02	20.664,86	41.329,72
2.8	Serviço de Implantação de Gerenciamento da Rede Wireless	01	02	13.787,76	27.575,52
2.9	Serviço de Implantação de Ponto de Acesso	01	10	9.114,57	91.145,70
2.10	Treinamento Solução Wireless	04	06	5.647,33	33.883,98
TOTAL					1.328.397,82



3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

3.1. ITEM 2.1 – SWITCH CONTROLADOR WIRELESS

- 3.1.1. Switch controlador de rede wireless com interfaces RJ45 que se conecta à rede cabeada e que controle de maneira centralizada os pontos de acesso (Access Points ou APs) espalhados pela rede LAN e WAN;
- 3.1.2. Deve ser fornecido na forma de appliance ou módulo de chassis. Em ambos os casos, a solução deve estar totalmente pronta para operação, ou seja, em caso de fornecimento de módulo de chassis, devem ser fornecidos bastidor, fonte, módulo de gerência/supervisão e interfaces, capaz de atender em sua totalidade as especificações contidas neste termo de referência;
- 3.1.3. Deve ser fornecido em sua totalidade de hardware e software, estando apto a funcionar com todas as características solicitadas aqui neste termo de referência;
- 3.1.4. A solução deve permitir o tráfego IP, multicast e IPv6 através do Controlador (camada 2);
- 3.1.5. Deve executar o controle, configuração e gerência dos APs, bem como ajustar o desempenho e a cobertura da radiofrequência (RF) oferecidos pela solução;
- 3.1.6. Deve possuir alta disponibilidade, com equipamento(s) redundante/cluster, de forma a manter o serviço e todos os APs ativos caso um dos controladores falhe por qualquer motivo. Não é necessário o fornecimento de segunda unidade para redundância;
- 3.1.7. A solução deve gerenciar a quantidade de 50 (cinquenta) APs simultaneamente, permitindo o upgrade para até 500 (quinhentos) APs com adição de licenças;
- 3.1.8. Deve suportar pelo menos 7000 clientes/usuários simultâneos conectados;
- 3.1.9. Deve possuir pelo menos 05 interfaces Gigabit, no próprio equipamento, padrão 1000Base-T ou 1000Base-X. No caso de interface 1000Base-X, com slot SFP ou XFP, deve acompanhar pelo menos 3 interfaces 1000Base-T com conector RJ-45. Cada porta deve possuir LEDs de status e atividade;
- 3.1.10. Deve permitir o gerenciamento completo através de porta de console, padrão RJ-45 ou RS-232;
- 3.1.11. A solução deve controlar APs de uso interno "indoor" e de uso externo "outdoor" em wireless mesh. Devem acompanhar licenças para habilitar tais funcionalidades para a quantidade total de pontos de acesso suportados pela controladora;
- 3.1.12. A solução deve permitir o gerenciamento de pontos de acesso A/B/G/N, em qualquer quantidade, até o limite de suporte de pontos de acesso do equipamento;
- 3.1.13. A solução deve permitir a adição de pontos de acesso que realizem análise de espectro (com granularidade melhor que 200 kHz), em hardware dedicado a esta finalidade, sem impacto no tráfego de rede dos clientes. Desta maneira, a solução como um todo deve permitir o gerenciamento mais apurado no cenário RF, utilizando a melhor maneira os canais mais imunes à interferência, ruído e/ou sujeira e alertando ao administrador do sistema possíveis ações que devam ser tomadas para troubleshooting da solução;
- 3.1.14. Deve possuir, em conjunto com pontos de acesso específico para isso, modo de operação de analisador de espectro, acessível remotamente, para análise e captura de dados brutos da condição do espectro quando necessário;
- 3.1.15. O controlador poderá estar diretamente e/ou remotamente conectado aos APs por ele gerenciados, inclusive via roteamento nível 3 da camada OSI;



- 3.1.16. Possuir ajuste dinâmico de canais IEEE 802.11 para ajustar a cobertura de rede e mudar as condições RF baseado em performance;
- 3.1.17. Possuir detecção de interferência e reajuste dos parâmetros de RF evitando problemas de cobertura e performance;
- 3.1.18. Permitir balanceamento de carga de usuários de modo automático através de múltiplos pontos de acesso para ajustar a performance durante elevada utilização da rede;
- 3.1.19. Possuir controle dinâmico de forma que o sistema ajuste a saída de potência dos pontos de acesso individualmente para acomodar as condições de alterações da rede;
- 3.1.20. Implementar mecanismos para detecção de pontos de acesso não autorizados (rogues) de forma integrada e automática, classificando-os como conhecidos, malicioso ou não classificado. Deve ser permitido ajustar um nível de sinal mínimo (RSSI) para que o ponto de acesso vizinho (rogue) seja detectado como ponto de acesso não autorizado;
- 3.1.21. Se um dos controladores falhar, os APs relacionados a este controlador deverão se associar a um controlador secundário de forma automática;
- 3.1.22. Implementar sistema de balanceamento de carga para associação de clientes entre APs próximos, para ajustar a performance. Deve ser possível configurar um gatilho inicial para realização do balanceamento de carga;
- 3.1.23. Ajustar dinamicamente o nível de potência e canal de rádio dos APs, de modo a ajustar o tamanho da célula de RF, garantindo desempenho e escalabilidade;
- 3.1.24. Para alta disponibilidade, no evento de falha de um AP, Controlador deve automaticamente ajustar a potência dos pontos de acesso adjacentes (próximos) para dar cobertura de área onde o AP que falhou estava provendo o sinal, de modo a ajustar a cobertura WLAN;
- 3.1.25. Implementar opção de escritório remoto (local switching). Neste modo não é necessário que todo o tráfego seja direcionado ao controlador antes de ser encaminhado ao restante da rede. Desta forma é possível a comunicação local seja com recursos de rede (impressoras, servidores) seja com outros usuários na rede wireless sem o controle prévio do controlador, ajustando a conexão em caso de pontos de acesso gerenciados sobre um link remoto (internet, WAN, MPLS). Deve ser possível escolher qual tráfego será enviado à controladora e qual tráfego sairá localmente;
- 3.1.26. Deve operar com APs remotos, mesmo acessado por NAT, através de túnel criptografado (VPN ou semelhante). Desta forma, é possível definir o IP público do controlador e fazer com que pontos de acesso remotos conectem-se automaticamente ao controlador através da Internet. Em caso de falha na comunicação entre controladora e ponto de acesso, o ponto de acesso deve continuar sua operação de transferência de dados aos clientes já conectados e aceitação de novos usuários sem ônus a rede WLAN local;
- 3.1.27. A solução deve detectar, classificar e mitigar interferências não WiFi que impactem diretamente no funcionamento da rede em menos de 10 (dez) minutos;
- 3.1.28. Implementar os padrões IEEE 802.11h e IEEE 802.11i;
- 3.1.29. Permitir a atualização remota do sistema operacional e arquivos de configuração utilizados no equipamento;
- 3.1.30. Administração e gerência através de navegador padrão (HTTP/HTTPS), SSH, Telnet e interface console;



- 3.1.31. Permitir o armazenamento de sua configuração em memória não volátil, podendo, numa queda e posterior restabelecimento da alimentação, voltar à operação normalmente na mesma configuração anterior à queda de alimentação;
- 3.1.32. Permitir a gravação de eventos em log interno e externo (Syslog);
- 3.1.33. Implementar SNMP v2c e v3 incluindo a geração de traps;
- 3.1.34. Possuir suporte a MIB II, conforme RFC 1213;
- 3.1.35. Possuir indicadores luminosos com LEDs para a indicação do status;
- 3.1.36. Implementar a localização de usuário de forma integrada. Implementar filtros baseado em endereços MAC, nome do AP e profile WLAN;
- 3.1.37. Deve ser possível visualizar o endereço IP e demais informações do cliente, como nível de sinal, endereço MAC e usuário;
- 3.1.38. Implementar o protocolo IEEE 802.1x;
- 3.1.39. Implementar associação dinâmica de usuário a VLAN, com base nos parâmetros da etapa de autenticação fornecidos por servidor Radius;
- 3.1.40. Deve possuir funcionalidade capaz de fazer a admissão de novos usuários de acordo com sua capacidade de operação, ou seja, a controladora deve escolher, sem intervenção do usuário ou administrador, em qual frequência o usuário se conectará, de acordo com hardware disponível do usuário e condições de rede, independente do SSID que o usuário estará conectando-se. Tal funcionalidade visa à dispersão de usuários conectados entre as diferentes faixas de frequência de operação do equipamento;
- 3.1.41. Deve possuir funcionalidade capaz de tratar o tráfego de vídeo (multicast) para otimização de velocidade e qualidade de vídeo;
- 3.1.42. Implementar tunelamento do tráfego entre o controlador e os respectivos APs gerenciados;
- 3.1.43. A solução deverá operar com os padrões IEEE 802.11a/b/g/n, com diferentes rádios de diferentes padrões, sejam rádios operando nas frequências B/G/N, A/B/G, B/G ou qualquer uma das configurações. Também deve controlar rádio mesh outdoor, de forma a atender grandes áreas externas. Devem acompanhar todas as licenças necessárias para o funcionamento conforme os itens descritos neste processo;
- 3.1.44. Suporte a mobilidade dos usuários em redes camada 2 e 3;
- 3.1.45. Deve implementar SNTP para sincronização de tempo;
- 3.1.46. Implementar WPA2 (Wireless Protected Access);
- 3.1.47. Gerenciamento de políticas de segurança de usuários ou grupos de usuários wireless LAN. Incluindo:
 - 3.1.47.1. Segurança acima da camada 3 do modelo OSI - Autenticação WEB (Portal) para clientes conectados localmente ou remotamente (no mesmo site da controladora e clientes conectados em outros sites). A controladora deve suportar, pelo menos, 80 clientes na etapa de autenticação web. Todo o mecanismo de autenticação deve ser interno a controladora (website, lista de usuários, políticas);
 - 3.1.47.2. Listas de controle de acesso (ACLs) - restrições de IP, tipos de protocolos, portas, QoS e direção do fluxo de dados;
- 3.1.48. Para fins de controle, deve permitir a restrição da quantidade de usuários conectados em um determinado domínio de mobilidade (SSID);
- 3.1.49. Deve permitir definir uma taxa de velocidade máxima (rate limit) para um determinado usuário ou um determinado domínio de mobilidade (SSID), sem intervenção do administrador, obtendo o parâmetro diretamente do



- servidor Radius. Esta funcionalidade de funcionar com pontos de acesso locais e pontos de acesso remoto (modo escritório remoto);
- 3.1.50. Deve possuir funcionalidades de WIPS, diretamente na controladora, com intuito de ajudar a controladora no controle e identificação de tentativa de ataques a rede WLAN;
- 3.1.51. Autenticação, Autorização e Accounting (AAA) em servidor RADIUS;
- 3.1.52. Deverá gerenciar chaves de criptografia WPA v1 e v2 dos APs;
- 3.1.53. Deverá gerenciar chaves de criptografia WEP (40 e 128 bits), TKIP e AES dos APs;
- 3.1.54. Deve fazer a atualização de firmware dos pontos de acesso;
- 3.1.55. Deve implementar, no mínimo, 16 (dezesesseis) domínios de mobilidade (SSID), para o mesmo padrão wireless 802.11, permitindo configurações distintas de autenticação, QoS, criptografia, SSID e VLAN para cada domínio. Deve ser possível especificar em quais APs/Grupo de APs cada domínio será aplicado;
- 3.1.56. Permitir realizar a autenticação baseada em WEB, sendo possível fazer a total customização da página de login, permitindo inserir no controlador a página customizada, incluindo imagens em arquivo compactado;
- 3.1.57. Deve ser fornecido com fonte de alimentação, com capacidade para operar em tensões de 110 V ou 220 V / 60 Hz;
- 3.1.58. Deve suportar a instalação de fonte redundante interna ao equipamento;
- 3.1.59. Deve ser garantida atualização de software/firmware do equipamento pelo período de garantia sem custos para o Contratante;

3.2. ITEM 2.2 – EXPANSÃO PARA SWITCH CONTROLADOR WIRELESS

- 3.2.1. Deve prover a expansão da quantidade de APs gerenciados no item anterior (controlador wireless);
- 3.2.2. Deve adicionar 50 (cinquenta) APs ao número total de APs já suportados, respeitando o limite máximo do equipamento;
- 3.2.3. Deve acompanhar todas as habilidades para pleno funcionamento;

3.3. ITEM 2.3 – PONTO DE ACESSO WIRELESS

- 3.3.1. Ponto de acesso tipo thin Access Point, ou seja, APs que permitem acesso à rede Ethernet via wireless e que possuam todas as suas configurações centralizadas em um switch controlador wireless (descrito em outro item deste Termo de Referência);
- 3.3.2. Deve permitir a operação em forma reversa, ou seja, tipo fat Access Point, onde é possível a operação sem a presença do switch controlador wireless. Tal funcionalidade deve ser ativada através de software/firmware e sem custos para o Contratante, durante todo o período de garantia;
- 3.3.3. Hardware/unidade projetada com estrutura robusta, lacrada, sem espaços para problemas com poeira e/ou umidade, com facilidades para fixação em parede ou teto, capaz de operar em ambiente de escritório. Deve acompanhar todos os acessórios para fixação em teto e/ou parede e deve suportar temperatura de operação de 0° a 40° C;
- 3.3.4. Implementar padrões IEEE 802.11a/b/g/n simultaneamente, com rádios distintos, permitindo configurações distintas para 2.4 e 5 GHz dentro do mesmo equipamento;



- 3.3.5. Suporte integrado a PoE (Power Over Ethernet) conforme o padrão 802.3af, com consumo máximo de 15 W;
- 3.3.6. Cada AP deve suportar, no mínimo, 16 (dezesesseis) SSIDs para o equipamento;
- 3.3.7. Possuir 01(uma) interface Ethernet 10/100/1000, RJ 45 auto-sense;
- 3.3.8. Deve possuir 01 (uma) interface de console, RJ-45 ou RS-232, para gerenciamento completo local através de cabo console;
- 3.3.9. Deve possuir potência mínima de 100 mW em ambas as frequências;
- 3.3.10. Deve possuir LED frontal com intuito de obter-se status do equipamento;
- 3.3.11. Deve possibilitar implementação Plug-and-Play, através de cliente DHCP, de modo que toda configuração seja baixada da controladora automaticamente;
- 3.3.12. Implementar gerenciamento automatizado de RF e potência, ou seja, os elementos da solução (Controlador + APs) devem definir sem intervenção manual os parâmetros de potência de transmissão e ajuste de canal de frequência, evitando interferências e sobreposição de canais;
- 3.3.13. Suporte a WMM;
- 3.3.14. Deverá implementar criptografia TKIP e AES;
- 3.3.15. Deve suportar operação MIMO 2x3 com sensibilidade mínima de -88 dBm operando em IEEE 802.11n;
- 3.3.16. Deve possuir 06 (seis) antenas internas ao equipamento, sendo duas para operação em 2.4 GHz com potência mínima de 4 dBi, duas para operação em 5 GHz com potência mínima de 3 dBi e irradiação omnidirecional em ambas;
- 3.3.17. O AP deve suportar arquitetura centralizada onde o AP opera de modo dependente do switch controlador wireless central que faz o gerenciamento das políticas de segurança, qualidade de serviço (QoS) e monitoramento de RF, utilizando para isto o protocolo de gerenciamento de RF específico;
- 3.3.18. Para segurança, o AP deve suportar os padrões IEEE 802.11i, WPA2, WPA e, no mínimo, 06 (seis) tipos diferentes de protocolo EAP para autenticação: TLS, TTLS, MSCHAPv2, PEAP, GTC e EAP-FAST. O AP deve suportar TKIP para criptografia WPA e AES para criptografia WPA2;
- 3.3.19. Para autenticação de usuários, suportar autenticação segundo o padrão IEEE 802.1x com assinalamento de VLAN por usuário, conforme pré-definido em servidor Radius padrão de mercado (como por exemplo, FreeRadius e Microsoft IAS);
- 3.3.20. Possuir sistema antifurto tipo Kensington Security Lock ou suporte específico para cadeado para proteção física do equipamento;
- 3.3.21. Deve estar homologado pela Anatel na data da Licitação;
- 3.3.22. Deve ser fornecido com todas as licenças necessárias (caso exista) para habilitar todas as funcionalidades aqui descritas, inclusive sem limitação de quantidade de clientes conectados quando habilitado por licença;

3.4. ITEM 2.4 – MÓDULO INJETOR PoE

- 3.4.1. Módulo injetor (power injector) para alimentação de dispositivo PoE (Power over Ethernet) onde não há switch com esta tecnologia;
- 3.4.2. Deve permitir o fornecimento de energia conforme o padrão 802.3af, provendo até 15.4W de potência para o dispositivo a ser alimentado;



- 3.4.3. Deve possuir 02 (duas) portas RJ-45 fêmea, uma para conectar ao switch não PoE e outra para fornecer energia e dados para o dispositivo a ser alimentado. Ambas as portas devem operar em Gigabit;
- 3.4.4. Deve acompanhar cabos e acessórios para o seu perfeito funcionamento;
- 3.4.5. Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110 V ou 220 V com comutação automática e frequência de 60 Hz. Deve ser incluído cabo para conexão a rede elétrica no padrão brasileiro;

3.5. ITEM 2.5 – SISTEMA DE GERENCIAMENTO WIRELESS

- 3.5.1. Deverá ser capaz de gerenciar todos os controladores e pontos de acesso da solução wireless simultaneamente através de uma única interface gráfica WEB. Deve também gerenciar dispositivos de rede (switches);
- 3.5.2. Deverá suportar o gerenciamento de, no mínimo, 50 (cinquenta) dispositivos, seja uma controladora, um ponto de acesso (Access Point), um switch ou um roteador;
- 3.5.3. Possuir ferramentas integradas para prever os requerimentos de RF para projeto da rede wireless, incluindo qual o melhor local para os pontos de acesso na planta do prédio/andar, configuração e estimativa de desempenho e cobertura;
- 3.5.4. Deve permitir ao administrador importar a planta dos andares e assinalar as características de RF dos pontos de acesso aumentando a precisão do projeto. Além disso, deve permitir a importação de arquivo baseado em mapas públicos gratuitos (Google Maps e Microsoft Bing) para melhor localização dos ativos espalhados em grandes áreas;
- 3.5.5. Possuir ferramentas para permitir ao administrador visualizar o layout da rede wireless e monitorar o desempenho desta rede - incluindo mapa detalhado que exibe a cobertura de RF sobre os mapas com layout real dos andares;
- 3.5.6. Deve possibilitar a visualização rápida de eventuais buracos de cobertura de RF, alarmes e estatísticas de utilização para fácil e rápido monitoramento e troubleshooting;
- 3.5.7. Deve possuir mecanismos para consolidar informações de rede, tais como: níveis de ruído, relação sinal/ruído, interferência, potência de sinal, topologia de rede, etc., permitindo ao administrador isolar e resolver problemas nos vários níveis da rede;
- 3.5.8. Permitir a atualização de software dos pontos de acesso de modo centralizado via interface web;
- 3.5.9. Deve descobrir automaticamente os dispositivos individuais na infraestrutura de rede cabeada e wireless, eliminando a necessidade de configuração e manutenção, e provendo informação para fins de planejamento da capacidade e troubleshooting;
- 3.5.10. Possuir funcionalidade para geração de relatórios que relacionam atividade da rede e informações de sistema, incluindo estatísticas dos usuários/clientes, utilização de rádio frequência, contadores 802.11, histórico da configuração de gerenciamento de RF;
- 3.5.11. Deve possuir relatórios pré-configurados para fácil utilização da ferramenta;
- 3.5.12. Possuir suporte para gerenciamento de falhas via SNMP (Simple Network Management Protocol) version 3 para gerenciamento seguro entre a plataforma de gerenciamento e os switches controladores;



- 3.5.13. O Sistema de gerência deve ser acessado através de qualquer browser via HTTP ou HTTPS, permitindo o acesso à plataforma de gerência a qualquer momento de qualquer local;
- 3.5.14. Implementar a detecção, localização e contenção de Rogue APs e AD-HOC Networks;
- 3.5.15. Implementar assinaturas de ataques de RF e prevenção de intrusão para ajudar ao administrador a customizar arquivos de assinatura de ataques para rapidamente detectar ataques de RF mais comuns tais como: Denial of Service (DoS), Netstumbler e FakeAP;
- 3.5.16. Deve ser possível a geração de alarmes se um ataque for detectado;
- 3.5.17. Devem existir relatórios contendo ameaças de segurança recorrentes antes que estes causem danos à infraestrutura LAN e WLAN;
- 3.5.18. Suporte a criação e aplicação de políticas que permitam ao administrador gerir/criar VLAN, RF, qualidade de serviço (QoS) e política de segurança, SSIDs múltiplos e únicos com parâmetros individuais de segurança;
- 3.5.19. Deve permitir troubleshooting de clientes com dificuldade de se conectarem a rede wireless;
- 3.5.20. Deve permitir a montagem de mapa da rede (topologia), de forma automática ou manual;
- 3.5.21. Pode ser fornecido em forma de appliance, software ou máquina virtual;
- 3.5.22. O sistema deve estar localizado para língua portuguesa do Brasil ou língua inglesa (inglês);

3.6. ITEM 2.6 – EXPANSÃO PARA SISTEMA DE GERENCIAMENTO WIRELESS

- 3.6.1. Deve permitir adicionar licenças ao software descrito no item anterior;
- 3.6.2. Deve adicionar a gerência de 50 (cinquenta) dispositivos simultaneamente, seja ele um controlador, ponto de acesso ou switch;
- 3.6.3. Deve ser entregue em forma de papel ou digital, desde que seja gerada uma chave de identificação única (tipo Serial Key) garantindo a integridade da licença;
- 3.6.4. Esta licença deve ser somada as licenças do software. Exemplo: se o software tiver 100 (cem) licenças, a adição de 50 (cinquenta) licenças totalizará 150 (cento e cinquenta) licenças de dispositivos gerenciados;

3.7. ITEM 2.7 – SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE CONTROLADOR WIRELESS

- 3.7.1. Serviços de instalação e configuração de 01 (um) equipamento em rack definido pelo Contratante;
- 3.7.2. Configurar o controle e gerência dos APs, bem como ajustar o desempenho e a cobertura;
- 3.7.3. Configurar um SSID em modo local;
- 3.7.4. Configurar um SSID em modo remoto através de conexão L3 (internet) e NAT (escritório remoto), de modo que apenas parte do tráfego seja encaminhado à controladora e parte do tráfego seja direcionado localmente;
- 3.7.5. Deve ser demonstrado o procedimento de instalação, configuração e resolução de problemas dos pontos de acesso;
- 3.7.6. Configurar o balanceamento de carga de usuários de modo automático, através de múltiplos APs;
- 3.7.7. Deve ser feito o ajuste fino da rede WLAN, tanto para o padrão IEEE 802.11a/n quanto para IEEE 802.11b/g/n, de modo a ajustar a rede de acordo com o cenário RF encontrado no momento da instalação;



- 3.7.8. Configurar ACLs (Access Control Lists);
- 3.7.9. Configurar a reserva de banda para chamadas de Voz SIP, através do padrão SIP Call Admission Control;
- 3.7.10. Configurar a autenticação dos usuários wireless integrando a Microsoft Active Directory ou openLDAP. Para ambos os casos, será necessário a instalação de novo serviço de Radius e integração com as bases já existentes;
- 3.7.11. Configurar a autenticação baseada em WEB para visitantes, com base de dados de usuários internamente na controladora e acesso exclusivo para criação de usuários;
- 3.7.12. Configurar mecanismos de IPS;
- 3.7.13. Criar SSID corporativo com autenticação WPA2, 802.1x com PEAP-MSCHAPv2;
- 3.7.14. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a contratada sugerir as configurações de acordo com normas e boas práticas, cabendo à Contratante a aceitação ou não;
- 3.7.15. Ao final da instalação, deverá ser realizado um repasse de informações hands-on, apresentando as configurações realizadas nos equipamentos, com duração não inferior a 04 (quatro) horas. O Contratante disponibilizará o local adequado para a transferência do conhecimento e acesso aos equipamentos de produção;
- 3.7.16. Os serviços devem ser realizados por pessoal técnico experiente na solução a ser implantada;
- 3.7.17. Após a realização dos serviços, deverá ser fornecido relatório (documentação) com todos os itens configurados, topologia da rede, dados de acesso e informações pertinentes à instalação dos equipamentos;

3.8. ITEM 2.8 – SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE GERENCIAMENTO DA REDE WIRELESS

- 3.8.1. Instalação do software em servidor definidos pelo Contratante;
- 3.8.2. Software de gerenciamento LAN e WLAN: Instalação, configuração, integração e customização do software de gerência;
- 3.8.3. Importação (link ativo) com planta baixa de mapa público (Google Maps ou Microsoft Bing) para localização dos sites onde existirão pontos de acesso em operação;
- 3.8.4. Importação de planta baixa para criação de mapas de cobertura;
- 3.8.5. Criação de política de backup automático das configurações dos equipamentos;
- 3.8.6. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a contratada sugerir as configurações de acordo com normas e boas práticas, cabendo à Contratante a aceitação ou não;
- 3.8.7. Ao final da instalação, deverá ser realizado um repasse de informações hands-on, apresentando as configurações realizadas nos equipamentos, com duração não inferior a 04 (quatro) horas. O Contratante disponibilizará o local adequado para a transferência do conhecimento e acesso aos equipamentos de produção;
- 3.8.8. Os serviços devem ser realizados por pessoal técnico experiente na solução a ser implantada;



- 3.8.9. Após a realização dos serviços, deverá ser fornecido relatório (documentação) com todos os itens configurados, topologia da rede, dados de acesso e informações pertinentes à instalação dos equipamentos;

3.9. ITEM 2.9 – SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ACESSO

- 3.9.1. Para fins de instalação e configuração, neste item deve ser considerado um conjunto de 12 (doze) pontos de acesso;
- 3.9.2. O Contratante e a Contratada deverão definir os locais de interesse para implantação do sistema de rede sem fio (wireless) com parâmetros de sinal e velocidade mínimos;
- 3.9.3. Realização de vistoria (site survey) para avaliar as instalações físicas e a infraestrutura de rede lógica e elétrica do prédio em que será instalado o AP, a fim de propor ao contratante o local mais apropriado para instalação do AP, considerando, entre outros, os fatores de cobertura e desempenho. Este site survey deve ser realizado através de software próprio para esta finalidade e depois validado em campo, garantindo a cobertura pretendida pela contratante;
- 3.9.4. Para a instalação física dos APs nos locais definidos pelo Contratante, a Contratada deverá fornecer e instalar todo o material necessário (cabos, eletrodutos, eletrocalhas etc) interligando os APs aos switches, sempre utilizando o padrão já existente em cada unidade;
- 3.9.5. Instalação elétrica dos APs fornecidos, utilizando a tecnologia PoE (Power over Ethernet) disponível através dos injetores PoE para os locais em que não existam switches PoE;
- 3.9.6. Configuração dos APs para serem controlados pelo(s) controlador(es) wireless e gerenciados pelo software de gerenciamento, envolvendo: configuração de endereçamento IP, localização, controle de canal e potência, redundância, grupo de trabalho, SSIDs etc;
- 3.9.7. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a contratada sugerir as configurações de acordo com normas e boas práticas, cabendo à Contratante a aceitação ou não;
- 3.9.8. Ao final da instalação, deverá ser realizado um repasse de informações hands-on, apresentando as configurações realizadas nos equipamentos, com duração não inferior a 04 (quatro) horas. O Contratante disponibilizará o local adequado para a transferência do conhecimento e acesso aos equipamentos de produção;
- 3.9.9. Os serviços devem ser realizados por pessoal técnico experiente na solução a ser implantada;
- 3.9.10. Após a realização dos serviços, deverá ser fornecido relatório (documentação) com todos os itens configurados, topologia da rede, dados de acesso e informações pertinentes à instalação dos equipamentos;

3.10. ITEM 2.10 – TREINAMENTO SOLUÇÃO WIRELESS

- 3.10.1. Treinamento oficial do fabricante dos equipamentos para 01 (uma) pessoa;
- 3.10.2. Deve ser ministrado por profissional certificado pelo fabricante dos equipamentos como instrutor;



- 3.10.3. Deve ser ministrado em centro de treinamento oficial do fabricante ou nas dependências do Contratante;
- 3.10.4. Deve ter carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- 3.10.5. Deve ser fornecido material de apoio impresso (livros/apostilas etc);
- 3.10.6. Deve ser focado em tecnologia Wireless, com conteúdo programático próprio para utilização da solução wireless aqui ofertada;
- 3.10.7. Deve ser ministrado por instrutor fluente em Língua Portuguesa.

4. DA GARANTIA

- 4.1. Os produtos fornecidos deverão estar cobertos por garantia, compreendendo os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem ou acondicionamento, pelos períodos mínimos especificados a seguir, sempre **contados da data do recebimento definitivo dos itens;****
- 4.1.1. Para os itens 2.1 e 2.2, a garantia deverá ser de 05 (cinco) anos, no local onde se encontrarem instalados os equipamentos (on-site);
 - 4.1.2. Para os itens 2.3 e 2.4, a garantia deverá ser de 12 (doze) meses, no local onde se encontrarem instalados os equipamentos (on-site);
 - 4.1.3. Para os itens 2.5 e 2.6, a garantia deverá ser de 03 (três) anos;
 - 4.1.4. Para os itens 2.7 a 2.9 a garantia deverá ser de 12 (doze) meses, no local onde foram executados os serviços (on-site);
 - 4.2. Durante o período de garantia, a Contratada deverá, sem ônus adicional para o Contratante, fornecer as atualizações e correções ("patches") do software e firmware dos equipamentos fornecidos;
 - 4.3. Para os itens de software a garantia deverá também compreender atualizações de versões lançadas no período de vigência;
 - 4.4. Ao menos durante o período de garantia, deverá ser disponibilizado à equipe técnica do Contratante o acesso à base de conhecimento do produto ofertado, via website de suporte do fabricante, visando obter informações bem como tirar dúvidas sobre o sistema fornecido;
 - 4.5. Os serviços de garantia on-site deverão ser prestados na sede do Contratante;
 - 4.6. A Contratada deverá prestar atendimento de suporte técnico através de serviço telefônico local, em português do Brasil, a cobrar ou gratuito (0800) ou website do próprio fabricante ou da contratada, gratuitamente, mediante solicitação da equipe técnica do Contratante.
 - 4.7. O atendimento deve ser realizado durante horário comercial e deve abranger todo o hardware e softwares fornecidos com o equipamento;
 - 4.8. A Contratada deverá disponibilizar um portal web 24x7 (vinte quatro horas por dia, sete dias por semana) com sistema de help-desk para abertura de chamados de suporte técnico. Mediante login e senha de acesso ao sistema, os membros da equipe técnica do Contratante poderão abrir, gerenciar status e conferir todo o histórico de chamados de suporte técnico;
 - 4.9. Todo o chamado aberto deverá ter sua resolução técnica registrada no sistema web de help-desk;
 - 4.10. O Contratante poderá solicitar o escalonamento de chamados ao fabricante do equipamento quando se tratarem de correções especiais, defeitos nos programas ou defeito em hardware;
 - 4.11. A Contratada deverá comunicar à Contratante eventual alteração do número telefônico, site ou e-mail para abertura de chamados;



- 4.12. A Contratada compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da contratada e uma descrição resumida do problema;
- 4.13. O prazo para o atendimento inicial é de 01 (um) dia útil, contado da data e hora do chamado;
- 4.14. A Contratada deverá atender e solucionar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data e hora do chamado;
- 4.15. Caberá aos técnicos da Contratada, do fabricante ou da empresa autorizada identificar os componentes, peças e materiais responsáveis pelo mau funcionamento do sistema;
- 4.16. Em caso da impossibilidade em solucionar o problema nos prazos estipulados, a Contratada compromete-se a substituir o equipamento defeituoso, até o término do reparo do mesmo, por outro equivalente ou superior, de sua propriedade, a fim de proporcionar a operacionalização do equipamento e a continuidade da rotina de trabalho dos usuários;
- 4.17. Quaisquer peças, componentes ou outros materiais que substituírem os defeituosos deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 4.18. A Contratada não poderá cobrar valores adicionais, tais como custos de deslocamento, alimentação, frete, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
- 4.19. O fornecedor deverá providenciar o deslocamento do equipamento, quando necessário, bem como seu retorno ao local de origem, sendo considerado, para todos os efeitos, durante este período, como fiel depositário do mesmo.

5. DOS PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO

- 5.1. Para os **itens de hardware e software (itens 2.1 a 2.6)**, o prazo de entrega será de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato;
- 5.2. Para os itens de serviço e treinamento (itens 2.7 a 2.10), o prazo de execução será de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato;
- 5.3. Para os itens de software, estes devem ser fornecidos com ou sem mídia de instalação. No caso de não fornecimento de mídia, deve ser indicado local para download. Também deve ser apresentada chave única (tipo serial) ou qualquer outra forma de validação da ferramenta, comprovando perante o fabricante que se trata de um produto devidamente licenciado;
- 5.4. O transporte dos equipamentos até o local especificado pelo Contratante deverá ser realizado pela empresa contratada (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado);
- 5.5. A verificação quanto ao estado dos equipamentos e acessórios após o transporte será de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, sendo que, quaisquer danos ocorridos no transporte dos mesmos e observados a qualquer tempo, deverão ser reparados pela empresa contratada, sem qualquer solidariedade por parte do Contratante;
- 5.6. Os equipamentos deverão ser novos e sem uso. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração. Os equipamentos deverão ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos



com caixas violadas. O Contratante poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente, confirmando a procedência legal dos equipamentos;

- 5.7. Os equipamentos deverão, comprovadamente, mediante declaração do fabricante ou através de site oficial do fabricante na internet, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante;
- 5.8. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes, os quais poderão estar em meio eletrônico;
- 5.9. Caso não sejam fabricados no Brasil, os equipamentos deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado adiante, não sendo aceitos equipamentos contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante;
- 5.10. O fornecedor deverá ser autorizado pelo respectivo fabricante ou distribuidor oficial no Brasil para comercializar os equipamentos ofertados ao TRF/2ª Região.

- 5.11. Todos os equipamentos deste lote/grupo devem ser do mesmo fabricante por questões de compatibilidade, gerência e suporte.

6. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

- 6.1. A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante;
- 6.2. A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao desenvolvimento dos serviços, objeto do presente Contrato, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante.

7. DOS INTERVALOS DE COMPRA

- 7.1. Conforme necessidades e disponibilidades orçamentárias.

8. DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. A Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

9. DO LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS/SOFTWARES E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. As entregas deverão ser agendadas previamente, pelo endereço eletrônico disop@trf2.jus.br e seaqui@trf2.jus.br;
- 9.2. Deverão ser entregues juntamente com aos documentos fiscais, cópia impressa contendo a numeração de série dos equipamentos;
- 9.3. Os equipamentos e softwares deverão ser entregues diretamente na DISOP - Divisão de Suporte Operacional do TRF/2ª Região (Rua Acre, nº 80 / 10º andar – sala 1003B – Rio de Janeiro – RJ) no horário de 12:00 h às 17:00 h, mediante devolução do(s) canhoto(s) do(s) referido(s) Documentos(s) Fiscal(is) com data e assinatura de pessoa responsável pela respectiva Divisão;
- 9.4. Os serviços serão prestados no mesmo local do item anterior, conforme planejamento feito em conjunto com o Contratante.



ANEXO II
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 147/2012

Proc. nº T2-EOF-2012-364

SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: _____/2012.

FORNECEDOR: _____

1 - OBJETO - Registro de Preços para aquisição de solução de wireless, composta por equipamentos, licenciamentos, serviços de instalação, configuração, garantia e treinamento de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e na proposta da empresa contratada, do Pregão Eletrônico SRP nº 147/2012.

Item	Especificação Objeto	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01				
02				
03				
			Total Geral	

2 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

2.1 - 90 (noventa) dias, para os itens 2.1 a 2.6 do Termo de Referência, Anexo I, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato;

2.2 - 150 (cento e cinquenta) dias para os itens 2.7 a 2.10 do Termo de Referência, Anexo I contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato;

2.3 - Os equipamentos e softwares deverão ser entregue na **DISOP- Divisão de Suporte Operacional**, na Rua Acre, nº 80, 10º andar, sala 1003B, Anexo 2B, Centro, Rio de Janeiro/RJ, telefone: (21) 3261-8078, no horário das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

3 - PREÇO

3.1. O Contratante pagará à CONTRATADA o valor total de R\$. (.....), conforme cláusula quinta da Ata de Registro de Preços.

3.2. Estão incluídos no preço proposto a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento.

Rio de Janeiro, / /

(Nome e cargo do Servidor - Setor Requisitante)